

SESSÕES DO PLENÁRIO

66ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de agosto de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Zé Raimundo e Zó. (54)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Da Deputada Angela Sousa comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 02/08/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Ele já está próximo da tribuna. Mesmo que não fosse o primeiro orador, eu não poderia chamar outro, senão V.Ex^a, que já está lado a lado com a tribuna para proferir seu discurso, deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, *TV Assembleia*, imprensa aqui presente, venho a esta tribuna, primeiro, para registrar que na manhã de hoje tivemos uma sessão especial nesta Casa em que o general Artur Costa Moura recebeu a Medalha Dois de Julho, aprovada por esta Casa, indicação deste deputado, e pela Mesa Diretora.

Eu gostaria de registrar esse momento importante, porque o general Artur Costa Moura é natural da cidade de Jequié. Hoje ele está em Pernambuco, e não poderíamos deixar de registrar, já que muitos deputados não estiveram presentes pela manhã.

Outra coisa, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um convite a todos os Srs. Deputados: vai acontecer, daqui a pouco, uma reunião na sala das comissões, na qual estaremos recebendo familiares da cidade de Salvador e da Região Metropolitana, a Afatom – Associação de Apoio a Familiares, Amigos e Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais –, um funcionário do Hospital Juliano Moreira, porque está acontecendo um processo de desinstitucionalização das unidades de saúde psiquiátrica na Bahia.

Esse processo está sendo feito em todos os estados. Só, Sr. Presidente, que essa comissão solicitou deste deputado, e, como presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Saúde, como presidente da Frente Parlamentar da Saúde nesta Casa, sugeri que eles viessem falar com o presidente desta Casa, Angelo Coronel, que é o nosso presidente.

Essa Frente também já participou, junto com o presidente da Afatom, de uma reunião com as Voluntárias Sociais. Já tivemos uma audiência pública nesta Casa, proposta pela deputada Fabíola Mansur, em que propusemos nessa audiência pública que, com as pessoas que estavam compondo a comissão, fosse colocado um representante do Poder Legislativo, até porque, Sr. Presidente, já existem vários representantes de outros órgãos, como o Ministério Público, o Cremeb, da Secretaria da Saúde, mas do Poder Legislativo estadual não tinha nenhum representante.

Isso foi acordado no dia da audiência pública e até agora, pelas informações que temos, de nenhum dos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Saúde nesta Casa como também da Frente Parlamentar – e faço parte da Comissão de Saúde como membro e como presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Saúde –, de nenhum de nós – nem dos que fazem parte – foi solicitada a presença.

Então, Sr. Presidente, acho que decisões como essa, dentro desse processo de desinstitucionalização das unidades de saúde psiquiátrica, como de Salvador, de Lauro de Freitas, de Vitória da Conquista e de Feira de Santana, esta Casa não pode ficar sem saber do que está acontecendo. E nós estamos preocupados, porque o Ministério Público, segundo as informações, Sr. Presidente, já se afastou do processo! O Cremeb também já se afastou do processo.

Então, isso é grave, é preocupante, e é por isso que pedimos aos Srs. Deputados que aqui estão – sabemos que vai ter a sessão plenária nesta tarde, e espero que tenha até o horário regimental – para que participem dessa reunião que vai ser com o nosso presidente, deputado Angelo Coronel!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado.

O Sr. Fábio Souto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem, o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, na eleição do presidente Angelo Coronel – queria até que ele estivesse aqui, vim falar pessoalmente com ele –, uma de suas bandeiras na campanha era que quarta-feira – V.Ex^a está lembrado disso – seria o dia de votação de projetos de deputados desta Casa. Passaram-se 6 meses, vários deputados estão com projetos represados, projetos que já foram aprovados na Comissão de Constituição e Justiça, e até agora nada!

Então, com todo o respeito, queria pedir ao presidente Angelo Coronel que se lembrasse desse compromisso aqui com a Casa, com a independência desta Casa, com a valorização dos nossos mandatos e que nas quarta-feira, efetivamente – mesmo que não seja toda quarta-feira –, os projetos de deputados sejam trazidos para o Plenário e sejam votados. Era esse lembrete que eu queria fazer ao presidente Angelo Coronel: que ele coloque em pauta os projetos de deputados desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado, anotada a observação de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Em permuta com o deputado Adolfo Viana, ouviremos o pronunciamento do deputado Soldado Prisco. V.Ex^a dispõe de até 5 minutos para proferir o seu brilhante discurso.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, membros desta Casa, parlamentares também, venho aqui a esta plenária, mais uma vez, pedir a atenção dos deputados desta Casa para um caso gravíssimo que aconteceu e vem acontecendo, que é uma verdadeira Grampolândia neste Estado. O superintendente da inteligência da segurança pública na Bahia sofreu busca e apreensão no dia 7 de julho em sua residência por ordem do STJ. Inclusive ele é casado com uma juíza federal. A Polícia Federal esteve na casa e fez uma busca e apreensão, na Operação Vortigern, que investiga os desembargadores do Tribunal de Justiça. Veja a gravidade do fato: as alegações são de que o superintendente levou esse material para sua residência, material de investigação!

O que vemos na Bahia é um fato absurdo e de alta gravidade: uma superintendência que deveria servir ao Estado e não a um governo. O governo do

Estado criou uma polícia particular, criou uma polícia para grampear as pessoas ao seu bel-prazer. E aí acontece uma busca e apreensão na casa do superintendente de inteligência.

Nós não vimos uma nota – nem no rodapé – na imprensa, ninguém fala nada. Estamos denunciando aqui nesta Casa, porque aqui é a Casa de ressonância do povo da Bahia, e que deve tomar providências em relação a essa situação.

Anteontem protocolamos ao secretário de Segurança Pública, solicitando informações sobre esse fato gravíssimo. Enquanto a violência na Bahia está incontrolável, 30 homicídios por final de semana, vemos este caso ocorrer.

O secretário de Segurança Pública deve explicações não só a esta Casa, como também ao povo da Bahia. O governador do Estado igualmente é responsável. Se há uma busca e apreensão na casa do superintendente de Inteligência, o responsável por toda a inteligência na Bahia, tem de haver uma explicação. Por que essa busca e apreensão? O que é que foi apreendido? Por que está todo mundo calado e não se fala nada? Aí talvez esteja a explicação do secretário de Segurança Pública estar há 12 anos no poder como secretário, ultrapassando até governadores e presidente, que só podem ter dois mandatos ou oito anos: é porque o Estado criou uma polícia particular. Se eu, então, sofro cotidianamente desta Grampolândia na Bahia, imaginem como é que estão os outros órgãos!

Então, nobre deputado Adolfo Viana, esta Casa tem de investigar. V.Ex^a, que também é membro da Subcomissão de Segurança Pública. Inclusive na próxima terça-feira vou pedir que ela faça um convite ao superintendente para que aqui explique, que solicite um ofício ao Ministério Público Federal, que já está fazendo a investigação, para que forneça informações a esta Casa Legislativa. Quero contar com o apoio de V.Ex^a e espero que aos demais membros da Subcomissão e deste Poder se esclareçam esses fatos.

Este Parlamento não pode ficar omissos diante da gravidade desse fato que ocorreu no dia 7 de julho, pela manhã: uma busca e apreensão na casa do superintendente. Gostaria que também o nobre deputado que está presidindo a sessão e todos dessa Casa fizessem - inclusive vou solicitar ao presidente que faça em nome dela - um ofício solicitando explicações. A Assembleia Legislativa representa o povo, e esse é um caso gravíssimo.

Aqui vi muita gente criticar e até citar grampos do passado, mas estamos vivendo numa Grampolândia absurda, com fatos absurdos, como o próprio superintendente levar material de investigação, segundo informações, para a sua residência! Fatos como esse têm de ser investigados. Como membro vice-presidente da Subcomissão de Segurança Pública, não vou cansar de lutar pela verdade para que o povo baiano tenha uma efetividade na segurança pública e esta área sirva ao Estado, e não a um governo ou um secretário de Segurança, como estamos vendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado.

Fiquei aqui sentado na cadeira me segurando para não cair de costas, tal a gravidade da denúncia.

Continua o Pequeno Expediente.

Agora com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, trazia comigo um assunto para ser tratado no início desta sessão plenária. Mas, diante do pronunciamento do deputado Soldado Prisco, sou obrigado a fazer uma mudança no discurso e a farei a partir de agora.

As denúncias trazidas pelo deputado Soldado Prisco são gravíssimas, Sr. Presidente. O deputado Prisco diz que no dia 7 de julho o Superior Tribunal de Justiça pediu uma busca e apreensão na casa do superintendente de Inteligência da Polícia da Bahia. Este Poder Legislativo toma conhecimento deste assunto de maneira atrasada, é verdade, deputado Soldado Prisco. Mas esse atraso com que tomamos conhecimento não significa dizer que devemos continuar omissos a um fato tão relevante como esse. Na condição de membro da Subcomissão de Segurança Pública, eu digo a V. Ex^{as} que precisamos, no mínimo, ouvir os representantes da Secretaria da Segurança Pública sem prejulgamentos. Mas precisamos saber exatamente o que está a acontecer.

Se o STJ pede uma busca e apreensão, deputado Joseildo, na casa do superintendente de Inteligência da nossa Polícia, de alguma forma este Poder Legislativo precisa tomar conhecimento do que está acontecendo no Estado da Bahia. Não é razoável, não é uma coisa normal, foge da normalidade, deputado Luciano Ribeiro. E qual é o real dever do Poder Legislativo senão o de fiscalizar o Poder Executivo? Não podemos achar que um fato como esse é uma coisa normal. E não podemos também, deputado Fábio Souto, ficar aqui omissos como se nada tivesse acontecendo. Precisamos, sim, através da Subcomissão de Segurança Pública, fazer um convite aos representantes da Secretaria da Segurança Pública, para que eles possam nos dizer o que está acontecendo, por que o STJ solicitou essa busca e apreensão, quais foram os motivos que levaram o Superior Tribunal de Justiça a solicitar essa busca e apreensão. Esse é um dever que os parlamentares que compõem o Poder Legislativo têm: de ter responsabilidade com o Estado da Bahia.

O deputado Soldado Prisco falou em uma Grampolândia no Estado da Bahia. E eu não quero crer que isso seja verdade. Mas precisamos, sim, saber exatamente o que aconteceu e o que está acontecendo. E a melhor forma de fazermos isso é cumprindo com o nosso papel de parlamentar, convidando os representantes da Secretaria de Segurança Pública para prestarem os devidos esclarecimentos, sem fazer qualquer prejulgamento de valor, afinal de contas, fazer isso é justamente cumprir com o nosso papel de parlamentar. Tenho certeza, deputado Prisco, de que esse assunto que V.Ex^a traz na tarde de hoje não será negligenciado por este Plenário. Tenho certeza de que nenhum parlamentar irá se opor a buscar os esclarecimentos por parte da Secretaria da Segurança Pública. E neste momento eu digo a V.Ex^a que já pode contar com a minha assinatura, porque acho que este é o nosso dever, é o nosso

papel e esta é a nossa obrigação. Sem nenhum prejulgamento, sem nenhum juízo de valor antecipado, apenas para cumprirmos com o nosso dever de parlamentar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Adolfo Viana, peço-lhe para assumir a Presidência enquanto eu faço uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Viana, Srs. Deputados - não há nenhuma deputada presente no Plenário, mas devem estar acompanhando a sessão em seus gabinetes -, você que nos assiste pela TV Assembleia, de igual modo eu vou mudar o foco do meu pronunciamento, assim como fizera o deputado Adolfo Viana.

Essa denúncia apresentada pelo deputado Soldado Prisco é da maior gravidade. Imaginem que um membro, um graduado da Secretaria da Segurança Pública leve para sua residência equipamentos de escuta. Imaginem ele, em sua residência, com esses equipamentos o que não foi capaz de fazer. Imaginemos quantos cidadãos e cidadãs deste Estado sofreram com o grampo, foram “arapongados”. Com muita responsabilidade, não quero dizer que a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia se tornou uma Grampolândia. Não, não chegaria a isso, até porque eu acho que todos devem ter direito à defesa. Não podemos imputar a culpa, simplesmente porque o fato está à mostra, nem fazermos um juízo de valor de forma precipitada. Mas cabe, sim, a apuração.

A Comissão de Constituição e Justiça – nesse caso, a Subcomissão de Segurança Pública – deve, sim, chamar os prepostos, os graduados, inclusive o secretário da Segurança Pública, para que ele possa aclarar, prestar esclarecimentos e dizer de forma insofismável, muito clara, o que de fato aconteceu. Porque, até agora, para nós, o que parece é que havia dolo quando esse membro da secretaria da Segurança Pública em sua residência, no seu lar, estava com equipamentos de escuta. É algo da maior gravidade.

Creio que esse posicionamento não se estende aos deputados da Oposição, mas deve ser lastreado por todos os parlamentares preocupados com essa situação. Nós defendemos que a Secretaria esteja atenta, fazendo investimentos na área da segurança pública, dotando-a de equipamentos modernos, mas, nesse caso, há um desvio, e é isso que precisa ser apurado. Se o equipamento estava, justamente, na casa desse servidor da Secretaria, o que ele fazia com esse equipamento? Lá, ele não escutava? Ele deixava o equipamento num canto, sem ser utilizado? Ora, ninguém vai acreditar nisso.

Portanto, aqui fica a minha insatisfação, a minha agonia com esse fato, porque qualquer cidadão, por mais cordato que seja, sendo governista ou de oposição, não vai coadunar, não vai corroborar com esse tipo de ação. Então a Secretaria da Segurança Pública deve, sim, uma explicação; o governador do Estado da Bahia, Rui

Costa, deve emitir uma nota pública, condenando e mostrando que em nenhum momento ele está associado, que em nenhum momento ele apoia esse tipo de atitude.

O que está nebuloso, o que está debaixo do tapete, o lixo, é: por que esses equipamentos estavam na casa de um servidor da Secretaria quando não falta espaço para guardar esses equipamentos. Se fosse o caso, poderiam pedir ao presidente Angelo Coronel um dos departamentos, um dos gabinetes, um dos cômodos da Casa para guardar esses equipamentos. Mas na casa de um servidor?

Como é que vamos explicar isso à sociedade? Como, nós, parlamentares, vamos justificar isso para a população? Equipamentos de escuta, equipamentos de grampo na casa de um servidor. Qualquer um de nós aqui pode ter sido vítima de grampo, ou toda a Casa, ou boa parte do Judiciário, ou alguns desembargadores, ou alguns membros da Oposição.

Então a situação é vexatória, é complicada e merece uma explicação através de uma nota pública do governo do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Gostaria de informar que estamos recebendo a visita dos estudantes do Colégio Estadual Lomanto Júnior. Sejam muito bem-vindos a esta Galeria.

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Bira Corôa.

Na ausência do deputado Bira Corôa, concedo a palavra ao deputado Fábio Souto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Carlos Geilson, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu, também mudando o enfoque que daria ao meu discurso nesta tarde, e reforçando a nossa preocupação em relação ao momento da segurança pública em nosso Estado, diria que, em um primeiro momento, o que a sociedade da Bahia aguarda, espera é o esclarecimento do que está acontecendo, dos fatos que foram relatados aqui pelos deputados Soldado Prisco e Carlos Geilson, que já detalharam toda a situação. E, efetivamente, nós estamos esperando do governo do Estado – desse fato que aconteceu, que se tornou público desde ontem, de todo esse burburinho que se tornou público – um esclarecimento do secretário de Segurança do Estado e do governador Rui Costa em relação a essas questões.

Segurança pública, presidente Carlos Geilson, da qual na última semana nós observamos: toque de recolher, deputado Soldado Prisco, em vários bairros dessa cidade; bandidos que atearam fogo em ônibus; assaltos que continuam frequentes na nossa capital e no interior do nosso Estado; morte de policiais em combate, tanto na capital como no interior. É uma situação, eu diria, que chegou ao descontrole em todas as instâncias da segurança pública em nosso Estado.

E agora, agravando essa situação, essa questão da Secretaria da Segurança Pública que causa surpresa a todos aqui. Nós, construindo e realizando o nosso trabalho de fiscalizar o governo do Estado, pedimos esclarecimentos do governador e do Secretário de Segurança, o mais rapidamente possível, desse fato que foi noticiado

pela imprensa. Fatos graves, fatos que preocupam toda a sociedade civil que preza pelo regime democrático, pelas instituições regidas pelas leis e pela democracia.

Então, o objetivo de todos nós que estivemos aqui hoje nesta tribuna é cobrar do governo do Estado, deputado Adolfo Viana, esclarecimentos. A omissão, nesse momento, nada ajuda a democracia do nosso Estado; a omissão, nesse momento, não dá força nem credibilidade à Secretaria da Segurança Pública. O que a Bahia quer são fatos reais, esclarecimentos sobre esse episódio. Efetivamente, eu quero que não venham a manchar a credibilidade da Secretaria da Segurança. Então, nós pedimos, o mais rapidamente possível, esclarecimentos em relação ao que foi noticiado nos jornais, nos blogs do nosso Estado.

A segurança pública, deputado Adolfo, é um grande problema do nosso Estado. O governo do Estado faz a política de que parece que não está acontecendo nada. Hoje, em todas as classes sociais, o que acontece é que a sociedade está com medo: medo de ir às ruas, de frequentar os shoppings, de voltar de compromissos à noite, de parar nas sinaleiras, porque a insegurança, infelizmente, tomou conta da nossa capital e do interior. Os roubos a bancos a cada dia aumentam mais. Eu disse aqui, ontem, que não é possível que uma cidade de 30, 40 mil habitantes tenha dois, três homens por turno para vigiarem a sede do município, município que tem sete, oito povoados, distritos.

É impossível à PM dar a segurança pública desejada nesses municípios do interior baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu agradeço a V.Ex^a pelo tempo permitido a mim, Sr. Presidente, e finalizo dizendo que nós, aqui, estamos fazendo a nossa parte, que é pedir esclarecimento o mais rapidamente ao governo do Estado de todos esses fatos que vieram à tona nesta tarde, no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado.

Deputado Antônio Henrique, V.Ex^a dispõe de até 5 minutos para fazer este pronunciamento tão aguardado, tão esperado pela região Oeste da Bahia. Em seguida, o deputado Tom Araújo.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- (Lê) “Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, boa tarde. Ocupo hoje a tribuna desta Casa para externar minha indignação pela forma como o Poder Legislativo barreirense, através de seu presidente, Gilson Rodrigues, tratou na noite de ontem os servidores do nosso município.

Foi uma noite de terror e pânico nas dependências daquela que deveria ser a Casa do Povo. Mas, ao contrário, transformou-se num teatro dos horrores. Sob a direção do prefeito Zito Barbosa, do DEM, e do vereador Gilson Rodrigues, que, ignorando a orientação do seu líder religioso, D. Josafá Menezes, bispo diocesano de

Barreiras, a Câmara empenhou-se ao máximo para aprovar dois projetos de lei que condenam os servidores ao achatamento salarial e à estagnação do crescimento profissional.

Tudo começou, Sr. Presidente, no início do mês de julho, quando os Projetos de Lei nºs 09/2017 e 10/2017, que dispõem sobre a minirreforma do Plano de Cargos e Salários e do Estatuto dos Servidores Cíveis e Servidores de Carreira do Magistério Municipal, foram apresentados pelo Poder Executivo municipal para apreciação e votação na Câmara de Vereadores em caráter de “urgência urgentíssima”, sem que houvesse um amplo debate com os professores, trabalhadores da educação e servidores públicos, através de suas representações de classe.

Em contato com o Sindsemb – Sindicato dos Servidores Municipais – e Sinprofe – Sindicato dos Professores e Especialistas em Educação, da rede pública de ensino de Barreiras –, fui informado que as duas entidades pleitearam a retirada dos dois projetos da pauta de votação até que houvesse uma discussão criteriosa sobre o tema. Contudo, elas não foram atendidas, e o que se verificou foi uma sucessão de ilegalidades na tramitação dos projetos, descumprindo, inclusive, normas estabelecidas na Constituição federal.

É inadmissível, Srs. Deputados e Sras Deputadas, que projetos dessa natureza, com tamanho impacto social e econômico – uma vez que carregam em seus artigos a supressão de direitos trabalhistas já conquistados –, tenham sido postos em pauta para votação sem análise e parecer obrigatório das comissões nem parecer jurídico da Procuradoria da Câmara.

Diante do impasse, os dois sindicatos realizaram diversas manifestações, inclusive com ocupação de áreas da Prefeitura e do Plenário da Câmara de Vereadores, para tornarem públicas as suas reivindicações de respeito aos direitos trabalhistas, a exemplo da progressão vertical, o adicional por tempo de serviço, as gratificações por curso de aperfeiçoamento aos servidores de forma geral e as licenças para aprimoramento profissional ou para tratamento de saúde, em conformidade com o Regime Geral da Previdência Social. No entanto, o gestor municipal, famoso por suas atitudes ditatoriais, desde o primeiro momento rejeitou qualquer negociação com os trabalhadores e ignorou, prepotentemente, os apelos que o governador Rui Costa e a procuradora geral de Justiça, Ediene Santos Lousado, chefe do Ministério Público da Bahia, fizeram, pessoalmente, em recente visita a Barreiras, para que fosse aberto um canal de diálogo com os servidores.

Ontem, a situação saiu totalmente de controle. Para realizar – à força – a votação dos projetos, indo de encontro à vontade popular, o presidente da Câmara de Vereadores mandou fechar as portas do prédio exatamente às 13h, permanecendo assim até o período noturno, no horário da sessão.

Ou seja, a população não teve acesso ao Plenário para assistir à sessão da votação dos projetos de lei que impactam financeiramente 3 mil concursados e englobam um universo de aproximadamente 12 mil pessoas, numa população estimada em 160 mil.

Sem acesso ao Plenário, a comunidade foi recebida, em frente à Câmara, por um forte aparato de repressão militar. E nesse ponto, faço questão de destacar a forma truculenta com que agiram os agentes da Guarda Municipal ao utilizar cassetetes e spray de pimenta para agredir pessoas que, tanto quanto eles, são servidores municipais e estavam ali lutando pelos direitos trabalhistas de toda a categoria. Idosos, estudantes, professores, homens e mulheres foram desrespeitados e agredidos covardemente por prepostos de quem, na teoria, deveria zelar pela ordem pública, pelo respeito às leis, pelo bem-estar da comunidade e pela organização social do município.

As ocorrências de ontem, na Câmara de Vereadores de Barreiras, foram muito graves, senhores e senhoras, deputados e deputadas. E para o desespero e decepção de servidores públicos e trabalhadores da educação, no circo montado com votação sob coação do Executivo municipal e uso da força policial contra servidores públicos, os projetos foram aprovados por 13 votos contra 5.

Diante desse quadro absurdo, não poderia deixar de registrar nos anais desta Casa o meu repúdio às ações dos Poderes Legislativo e Executivo do município de Barreiras, na certeza de que não podemos, sob hipótese alguma, tolerar situações de opressão e intransigência que atentem contra a nossa cidadania.”

Obrigado pela atenção. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Valeu, deputado Antônio Henrique. A vontade de ouvir V. Ex^a foi tão grande que eu passei, pulei, aqui, o nome do deputado Tom Araújo.

Deputado Tom Araújo, rumo à reeleição. Olhe lá se Brasília não estiver de braços abertos lhe aguardando também, hein?

O Sr. Tom Araújo:- Olhe, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Tom Araújo.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, meu querido amigo Carlos Geilson, tarde de quarta-feira, estive ontem no Tribunal de Justiça da Bahia numa audiência com a presidente Maria do Socorro. E lá, num bate-papo extremamente proveitoso, nós chegamos a solicitar uma intervenção, por parte da Justiça, junto ao governo do Estado.

Existe uma ação do PSDB da Bahia, do ano de 2013, que a princípio não precisava chegar à Justiça, porque o PSDB solicitou informações ao governo do Estado a respeito de uma propaganda – veiculada tanto em outdoors como em televisão e em rádio – da realização de 7 mil quilômetros de boas estradas na Bahia. E o governo, simplesmente, ignora a instituição de um partido de solicitar informações para que ele diga onde foram realizadas as obras dessas estradas que totalizam 7 mil quilômetros.

Ou é porque o governador, desde a época do governo Jaques Wagner, ignora as instituições e acha que está acima, inclusive, de tudo e de todos, e deixa de prestar informações e esclarecimentos ou fez propaganda enganosa, o que eu acho que é o mais certo. Eu acho que o governo diz na propaganda aquilo que não faz. Isso tem sido uma prática, tem dado certo até aqui, porque o governo mente, mente, mente e depois acaba ganhando a eleição. Só que vai chegar um momento em que a tolerância dos baianos vai acabar, porque chega de tanta enganação. Se nós pegarmos o Orçamento do Estado, no ano passado, por exemplo, veremos que foram gastos R\$ 150 milhões com propaganda. E eu fico a me perguntar: onde estão as ações do governo federal? Estão postas na propaganda.

Quero aqui, inclusive, deputado Adolfo Viana, que é do PSDB, parabenizar V.Ex^a, parabenizar o presidente do PSDB, deputado João Gualberto, que está encabeçando essa luta para que, inclusive, os baianos sejam respeitados, e que a instituição partidária seja levada em consideração, porque um partido é uma instituição à qual nós devemos ainda, sem partido não estaríamos aqui. Os deputados que aqui estão são representantes do povo. A instituição com a qual podemos chegar ao Parlamento, ou até mesmo o governador, os prefeitos, os vereadores possam chegar a postos do Executivo, é o partido. Então, por que não se respeita o partido? Acho que é porque é mentira.

O governo do Estado mente a cada dia, diz que faz o que não faz. Agora, recentemente, um vereador da Câmara Municipal solicitou informações junto à prefeitura de Salvador, procurando saber onde estão as 1.800 obras que o prefeito ACM Neto tem anunciado na imprensa, na mídia. O prefeito ACM Neto foi categórico em dizer que vai responder textualmente, indicando todas as 1.800 obras que estão sendo realizadas e que foram realizadas no município de Salvador.

Acho que o governador deveria tomar como exemplo o prefeito de Salvador. Faço aqui um desafio: governador do Estado, pegue essas propagandas que são veiculadas e apresente também a relação, os 7 mil quilômetros. Eu quero saber. Outra coisa: está aí dizendo que o Estado da Bahia é responsável por 73% do investimento no metrô de Salvador. Quero que o governador do Estado faça uma prestação de contas para demonstrar esses 73%. Porque o que nós sabemos é que tem participação da prefeitura e do governo federal. É lógico que o governo do Estado tem a sua participação no empenho da obra, se não fosse o governo do Estado também, a obra não estaria aí.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Para concluir, Presidente, quero dizer que o desafio está lançado. Que o governador do Estado tenha respeito pelo povo da Bahia e faça valer a sua autoridade e, inclusive, a sua responsabilidade de cumprir o que está na lei sobre prestar contas aos baianos e àqueles que lhe solicitam.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado.

Agora, ouviremos o Exmº Sr. Deputado radicado na cidade de Caculé, Bahia, Luciano Ribeiro.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, considerando que não há mais nenhum orador no Pequeno Expediente, tivemos uma ocorrência ontem para a qual quero chamar a atenção de todos nós, inclusive, envolvendo nosso querido amigo Adolfo Viana, a quem eu prezo muito.

Ontem, tivemos uma sessão que foi terminada à margem do que manda o Regimento desta Casa. Isso tudo a partir de uma questão de ordem feita pelo meu querido amigo e companheiro opositor, Adolfo Viana, que tratou em toda a sua fala das emendas impositivas.

Aqui estão as notas taquigráficas. Ao final de sua fala, o ilustre deputado Adolfo Viana diz: (Lê): “Portanto, Sr. Presidente, reafirmamos aqui a confiança que temos na presidência de V.Exª e saímos com a certeza de que vai tomar as providências cabíveis para que o Poder Executivo respeite as leis que são votadas nesta Casa.” Terminou aí a questão de ordem. (Lê): “Muito obrigado.” Acabou. Imediatamente, o nobre deputado Leur Lomanto pediu uma questão de ordem: (Lê): “Sr. Presidente, questão de ordem.” O presidente, imediatamente: (Lê): “Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.” Antes de o deputado Leur Lomanto falar, o deputado Adolfo Viana interfere na fala e coloca: (Lê): “Sr. Presidente, a minha questão de ordem era também para solicitar uma verificação de quórum”. Ora, já não poderia fazer uma outra questão de ordem, porque o Regimento manda que, após feita uma questão de ordem, outra só deve ser avivada para o questionamento e o contraponto.

E, aí, quanto a isso, nós reclamamos.

E o Sr. Deputado Leur Lomanto Junior pediu a questão de ordem e, inclusive, ele nos disse: (Lê) “Não se preocupe, deputado Joseildo, pois, até se for necessário, por um andamento natural e para melhorar o andamento dessa questão, eu vou fazer a minha questão de ordem no mesmo sentido da do deputado Adolfo Viana”. E fez.

O presidente deferiu quando o deputado Leur Lomanto pediu os 15 minutos regimentais de tolerância. E, aí, as palavras do presidente Sandro Régis foram: “Por favor, zerem o painel, marquem os 15 minutos, que é o tempo regimental para questão de ordem da continuidade da sessão de V.Exª.”

Nesse momento, quando eu pedi uma questão de ordem, não havia mais a necessidade de pedirmos a contagem nominal. Tanto que, ao final de minha fala, eu disse: “Por outro lado, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a todos os colegas deputados que se fazem presentes nesta Casa, aqueles que estão no cafezinho, etc, etc..” Eu chamei os deputados. E, ao final da minha fala, ele disse que eu não pedi a solicitação da chamada nominal e terminou a sessão quando ele próprio colocou em andamento o tempo de contagem regimental.

Na realidade, passou o episódio. Mas esse é um precedente, que pode parecer coisa pequena, mas é perigosa, muito perigosa, porque isso tira a possibilidade de o

rito se implantar de maneira que não entre em desfavor de quem quer que seja, principalmente para que a Minoria seja respeitada nesta Casa.

Isso parece coisa pequena, Adolfo. Mas eu volto a essa questão. Inclusive, ontem, a imprensa até colocou a minha exaltação com relação a este fato e, jamais, em relação a V.Ex^a, pois nós temos um trato extraordinário. V.Ex^a sabe disso. Nós nos damos muito bem e sem problemas. Afirmo o fato de isso não se tratar de uma questão pessoal.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que o teor dessa questão ficasse registrado nesta sessão.

Agora, eu peço uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K. O deputado Joseildo pede uma verificação de quórum.

E, para contraditar, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Joseildo Ramos não faltou com a verdade quando afirmou que nós temos uma ótima relação. E eu espero que ela possa se perpetuar por toda a caminhada que iremos enfrentar aqui nesta Assembleia Legislativa. Mas o deputado Joseildo, também Líder do Partido dos Trabalhadores aqui nesta Assembleia Legislativa, pede para cumprirmos aqui o Regimento Interno da Casa e é enfático ao dizer que não podemos abrir mão de seguir rigorosamente o Regimento desta Assembleia Legislativa justamente para não podermos abrir precedentes que possam causar prejuízos futuros ao bom andamento dos trabalhos nesta Casa. Eu quero concordar com o deputado Joseildo Ramos.

Mas mais grave, deputado, do que descumprir o Regimento desta Casa é descumprir a Constituição Federal. É descumprir com a Constituição do Estado da Bahia. E é isso o que vem fazendo o governo de V.Ex^a ao não cumprir as emendas impositivas, ao não cumprir o que determinam as justiças baiana e brasileira, quando pede que ele demonstre, por exemplo, onde estão as propagandas do governo.

Por exemplo, o deputado Tom Araújo acaba de declinar da tribuna e o colocou com muita clareza. Nós fomos até a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia para pedir que ela faça com que o Poder Executivo cumpra as determinações do Poder Judiciário. Ganhamos no Tribunal de Justiça, ganhamos no STJ e ganhamos no Supremo Tribunal Federal o direito de ter acesso à informação.

Onde foram construídos, por exemplo, os 7 mil quilômetros de asfalto que estão veiculados na propaganda do Partido dos Trabalhadores? Ganhamos no TJ, no STJ e no STF. E o governo do Estado da Bahia se nega a todo momento a nos dar o direito à informação. Descumprir – deputado Joseildo – o que dizem as leis e as regras do nosso Estado e do nosso País, sem sombra de dúvida, é colocar o Estado da Bahia no mais alto risco.

Quando V.Ex^a pede que cumpramos aqui o Regimento Interno, peço a V.Ex^a que leve essa mensagem ao seu governador, aliás, ao nosso governador, porque ele deve ser o governador de todos os baianos: cumpra com a Constituição, respeite o Poder Judiciário, o Poder Legislativo. Esta Casa criou leis que precisam ser cumpridas. Decisão judicial não se discute, cumpre-se. Então, meu amigo deputado Joseildo Ramos, quando V.Ex^a vem aqui pedir que cumpramos o Regimento Interno da Assembleia, eu peço a V.Ex^a: leve essa mensagem ao governador, afinal de contas, V.Ex^a é o Líder do Partido dos Trabalhadores, aqui, nesta Assembleia Legislativa.

Vamos cumprir a Constituição. Nós estamos aqui nesta Assembleia Legislativa não por acaso. Nós temos a obrigação de exigir que o governador cumpra a Constituição; exigir que o governador respeite as leis, que são aprovadas neste Poder Legislativo; exigir que o governo do Estado da Bahia respeite as decisões, que vêm do Judiciário. Decisão do Poder Judiciário não se discute, cumpre-se.

Então, meu nobre e amigo deputado Joseildo Ramos, peço a V.Ex^a que não tenha dois pesos e duas medidas, vamos tratar de pedir ao governo do Estado que siga, rigorosamente, o que manda a nossa Constituição. E vamos nós, aqui, também, fazer o nosso dever de casa cumprindo o Regimento Interno da Assembleia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Olha, a sessão cai neste momento, mas antes vou fazer uma concessão. Eu iria fazer uma concessão ao deputado Rosemberg Pinto.

Rosemberg Pinto:- Não, presidente. Na realidade, nenhum dos dois deputados pediu verificação de quórum no painel, vou respeitar o Regimento Interno...

O Sr. Joseildo Ramos:- Eu pedi, mas termine.

Rosemberg Pinto:- Eu deixo para fazer a minha intervenção amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Rosemberg Pinto. Eu iria fazer uma concessão, não poderia deixar V.Ex^a engasgado, entalado, tal a vontade de falar, mas V.Ex^a, regimentalista como é, cumpre, de forma fiel, o preceito.

A sessão está encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.